

1 - Capitalismo e desenvolvimento

Marcio Pochmann

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

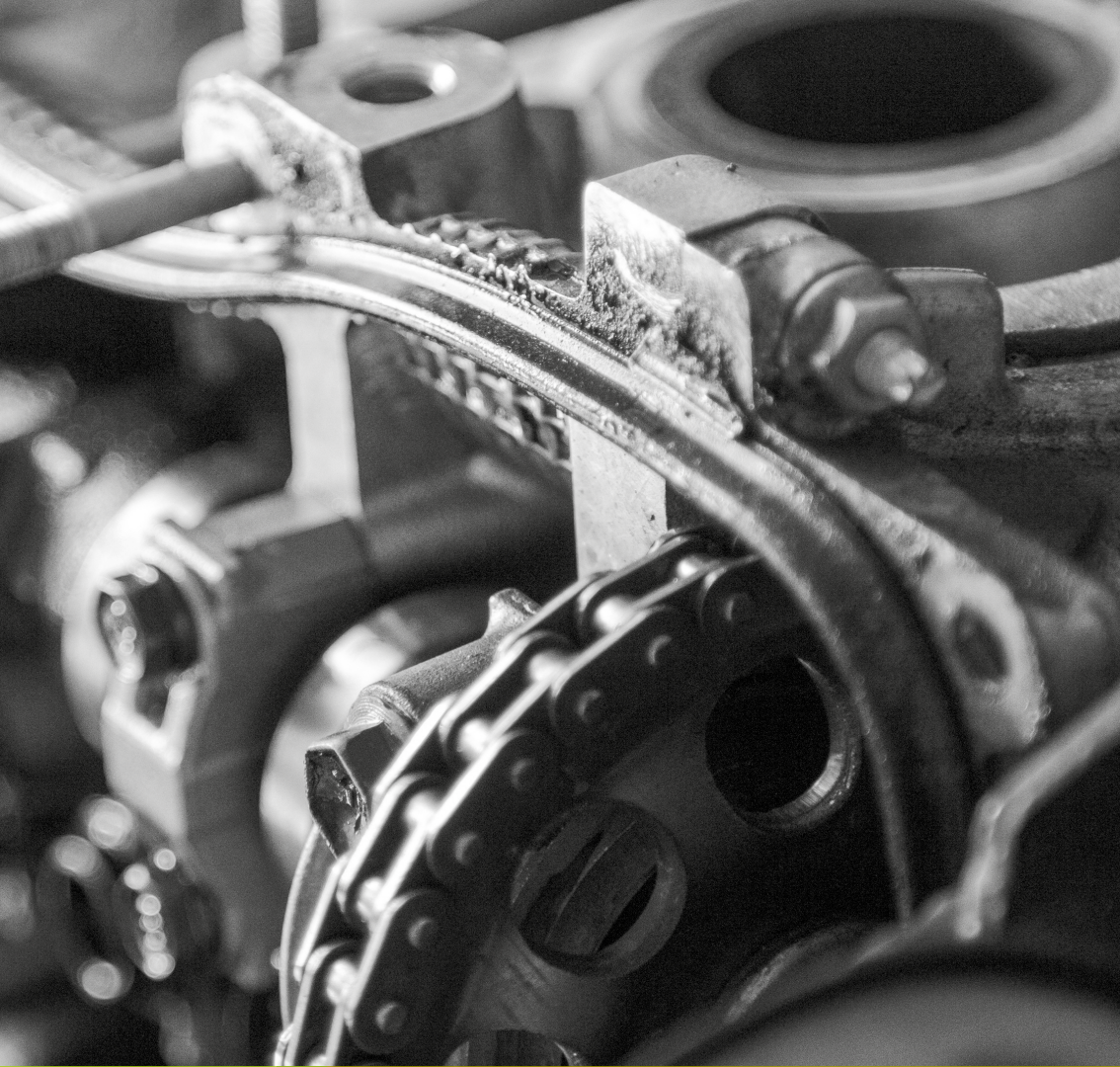
POCHMANN, M. Capitalismo e desenvolvimento. In: *Brasil sem industrialização: a herança renunciada* [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016, pp. 16-64. ISBN 978-85-7798-216-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



1

**Capitalismo e
desenvolvimento**



A industrialização tem sido fundamental para a constituição da moderna sociedade urbana, uma vez que não há registro contemporâneo de país soberano e desenvolvido assentado apenas na eficiência das atividades relacionadas à agropecuária ou mineral, à robustez do sistema financeiro ou à consistência da economia de serviços. As evidências na temática da industrialização permitem tratar tanto das potencialidades como das limitações do desenvolvimento material nas sociedades contemporâneas, especialmente daquelas que se encontram na periferia do centro dinâmico capitalista.

Por centro dinâmico, compreendem-se aquelas nações em condições de reunir simultaneamente a moeda de curso internacional, a capacidade de produção e difusão tecnológica e as forças armadas vigorosas. Em torno disso que se constituiu o atual sistema desigual e combinado do desenvolvimento global capitalista.

Através da industrialização ou de sua negação, a desindustrialização, que cada sociedade expressa explícita e implicitamente as determinações de natureza econômica interna e externa do espaço nacional relacionadas à soberania e ao desenvolvimento material. Ao mesmo tempo, revela movimento ampliado de constituição e desenvolvimento do poder burguês e suas distintas frações no interior da sociedade capitalista.

Assim como o crescimento na quantidade de empresas industriais não corresponde necessariamente à industrialização, o

decrécimo relativo da produção do setor industrial no conjunto da economia não indica efetivamente a desindustrialização. Isso porque o processo de industrialização resulta de uma revolução no interior das forças produtivas que passam a estar submetidas à dinâmica da dominação do capital industrial.

As forças produtivas, nesse sentido, não se limitam ao uso de máquinas pelo processo de trabalho, responsável pela elevação do excedente pela força de trabalho, mas a sua submissão à dinâmica de acumulação capitalista. O que significa a superação dos entraves da acumulação resultantes da estrutura técnica do capital.

Dessa maneira que se consolida o maior poder de força da burguesia industrial enquanto uma das frações constitutivas da classe dominante no capitalismo. As distintas faces do capital (comercial, bancário, agrário, industrial, entre outros) no interior das sociedades resultam, em geral, da existência de uma forma dominante que conduz o processo da acumulação capitalista.

Pela perspectiva da autodeterminação do capital industrial, a constituição do departamento de bens de produção estabeleceria as bases pelas quais a acumulação capitalista romperia as barreiras do desenvolvimento das forças produtivas. Do contrário, a indústria poderia existir e até crescer em quantidade e em número de trabalhadores sem responder necessariamente pelo processo de industrialização que revolucionasse a estrutura produtiva no seu conjunto (MELLO, 1982; OLIVEIRA, 1985).

Nesse sentido, caberia o exemplo da indústria submissa ao poder de outras parcelas constitutivas do capital, como a do extrativismo mineral e vegetal, a do agronegócio, a do comercial (interno ou externo) ou a dos bancos e financeiras. Isso por que no interior da classe dominante, a burguesia industrial se comporia como fração menor do poder capitalista.

Mas a constituição do poder capitalista não se limita apenas ao âmbito econômico das relações de produção e da divisão social do trabalho. Estende-se também às forças materiais e ideologias que relacionam formas de coerção e persuasão no interior da disputa pela hegemonia na condução do desenvolvimento capitalista.

Dessa forma, o consentimento na política constituído a partir da dominação no interior das diferentes frações pertencentes à classe dominante é o que permite organizar no conjunto da sociedade, o bloco histórico dirigente. Por consequência, o espaço político-social constitutivo da acumulação capitalista revela as dimensões ideológicas e repressivas adotadas pela fração do capital dirigente no interior da classe dominante (POULANTZAS, 1977; GRAMSCI, 1999).

Da mesma forma, a cada processo histórico concreto, as relações econômicas e políticas são produzidas e reproduzidas no âmbito da esfera de luta e dominação intrínsecas ao próprio desenvolvimento capitalista. A um só tempo, compactam-se as formas de valorização do capital com as suas próprias contradições herdadas pelo estranhamento e subordinação política (HIRSCH, 1980; BEJERANO, 1980).

Nas experiências iniciais de expansão capitalista por meio da predominância do capital industrial, identifica-se a necessidade de condições prévias, como, em geral, a existência da divisão social do trabalho em plena expansão da economia mercantil. É o que se observa a partir do século XVIII com o processo de industrialização e que se constituiu enquanto movimento temporal e localmente diferenciado no mundo.

A tendência de dominação do capital industrial sobre o conjunto das forças produtivas apresentou trajetórias distintas no ato de revolucionar a estrutura produtiva em seu conjunto por algumas partes do mundo. Em função disso, que cabe analisar a industrialização na forma dos padrões de desenvolvimento capitalista (original, retardatária e tardia).

Consideram-se, por conta disso, duas ordens de referências principais. A primeira relacionada propriamente ao padrão de industrialização frente às distintas condições prévias a sua constituição e a segunda associada a sua continuidade ou não, o que poderia resultar na desindustrialização.

Desta forma, a desindustrialização revela o esvaziamento da perspectiva de autodeterminação do capital industrial no interior das forças produtivas, não significando, por pressuposto, a inexistência de indústrias. Mas, de todo o modo, há ascensão de outras frações da classe dominante, como por exemplo o capital financeiro ou agrário ou comercial, no interior das atividades econômicas, cuja capacidade de subordinação da produção de manufatura leva à desindustrialização.

Nesse sentido, o fenômeno da desindustrialização somente poderia ocorrer onde o processo de dominação das forças produtivas pelo capital industrial houvesse estabelecido plena e previamente. A existência de barreiras ao prosseguimento da subordinação das forças produtivas à dinâmica do capital industrial aprisionaria o processo de acumulação capitalista a outras ordens de determinação.

Por conta disso que o simples esvaziamento relativo da indústria de transformação no emprego total ou no valor da produção nacional não terminaria por expressar precisamente a desindustrialização. O declínio dos coeficientes de emprego industrial ou da participação no Produto Interno Bruto pode explicitar questões mais complexas, como a terciarização na produção manufatureira ou a especialização industrial no interior das cadeias globais de valor.

Em permanecendo o capital industrial como sujeito dominante no interior das forças produtivas, a desindustrialização não estaria necessariamente instalada no país. A nova condição de terciarização da manufatura, com a primazia da expansão nos serviços de produção

ou do enriquecimento da economia do imaterial tende a manter o capital industrial hegemônico. Também, a especialização manufatureira no interior da integração das cadeias globais de valor permite que, sob determinadas condições, o capital industrial se mantenha dominante no controle da externalização de serviços, no deslocamento espacial da produção de menor valor agregado e na internalização do progresso técnico.

Mais do que a manifestação de redivisões internacionais do trabalho, a desindustrialização encontra-se associada ao desmantelamento do ecossistema produtivo previamente existente, com rebaixamento da função de comando do capital industrial. A desindustrialização, contudo, não tem se manifestado de forma homogênea, permitindo também ser analisado através de padrões diferenciados da sua manifestação (pioneira e avançada).

Nas páginas a seguir, o presente capítulo busca descrever os diferentes processos de ascensão e descenso da dominação do capital industrial no interior das forças produtivas. Prioriza-se, para isso, a apresentação dos distintos padrões de industrialização e de desindustrialização reconhecidos até o presente momento no mundo.

Padrões de industrialização

A transição para o capitalismo nas antigas sociedades agrárias conferiu, concomitantemente com as bases materiais de geração dos meios de produção, o poder da reprodução ampliada do capital. Mas foi pela industrialização que o progresso das forças produtivas se expressou enquanto processo social dominante.

Pela via da industrialização, o desenvolvimento capitalista sofreu processo de transformação fundamental, capaz de permitir a diversificação da estrutura de produção e a ampliação da distribuição da riqueza no interior da sociedade. A criação e difusão de novas capacidades tecnológicas e a elevação na renda *per capita* foram acompanhadas pela alteração da estrutura produtiva e do modelo de consumo da população (ROSENSTEIN-RODAN, 1943; PREBISCH, 1949; FURTADO, 1961; TAVARES, 1975; MELLO, 1982; OLIVEIRA, 1985).

Concomitante com o desenvolvimento material possibilitado pela industrialização, registrou-se o crescimento mundial, tanto da população como das emissões de gás carbônico. A sociedade urbana e industrial passou a sustentar cada vez mais a dimensão estabelecida pela economia de alto carbono e o consumo crescentemente degradante do meio ambiente.

Desde a segunda metade do século XVIII, o gradual abandono da sociedade agrária tem decorrido da ascensão do modo capitalista de produção. O desenvolvimento das forças produtivas sob a dominação do capital teve como herança prévia, em geral, a existência de uma economia mercantil em funcionamento a partir da divisão social do trabalho.

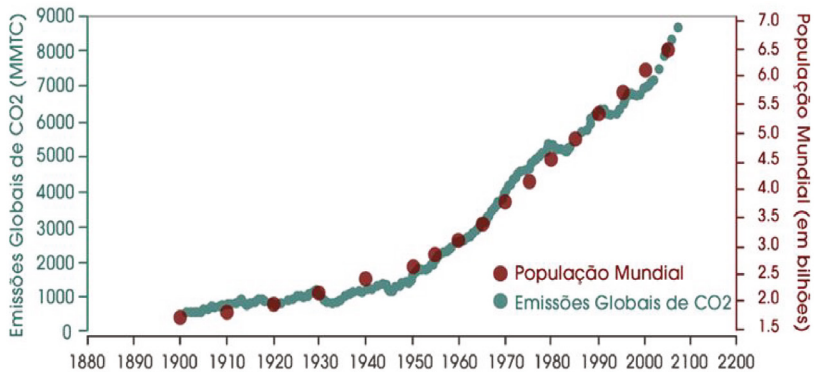
Mas a autodeterminação do capital às limitações impostas pelas condições de acumulação capitalista pressupõe o surgimento do setor responsável pelos meios de produção. Através dele que a condição de produção do progresso técnico se estabeleceu endogenamente, irrigando a competição intercapitalista portadora de ganhos crescentes de produtividade.

Com a subordinação do conjunto das forças produtivas à dominação do capital industrial é que se consolidou o processo de industrialização. Tem sido por meio do desenvolvimento das forças produtivas

subordinadas ao capital industrial que as relações sociais capitalistas se generalizam, inclusive pelo reforço da dominação do capital sobre o trabalho.

Ao se considerar o capitalismo enquanto sistema produtor de mercadorias a partir da exploração do trabalho assalariado, identifica-se a forma industrial como superior no exercício da hegemonia sob as dimensões cultural, econômica, política, geográfica, pública e privada. Mesmo assim, convém destacar que a ascensão do capital industrial e o seu enquadramento no conjunto das forças produtivas não ocorreram de forma homogênea no tempo e espaço.

Gráfico 1 – Evolução mundial da população e das emissões de gás carbônico



Fonte: Relatório Anual do Clima, 2008.

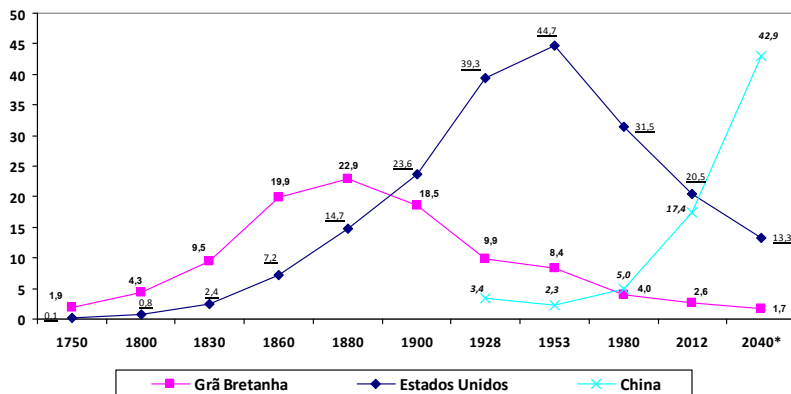
Em cada nação, a fase do desenvolvimento industrial responde à estrutura econômica e social antecedente, bem como ao contexto mais geral do capitalismo no plano global. A definição do padrão de industrialização contribui para a compreensão melhor das condições especiais semelhantes que permitiram a autodeterminação do capital industrial no mesmo período de tempo e em determinados espaços territoriais do planeta.

Por conta disso que se adota o conceito do padrão de industrialização, capaz de identificar as relações de produção convergentes em determinados períodos históricos. Como padrão de industrialização compreende-se a articulação de uma diversidade de relações econômicas, sociais e políticas comprometidas com a garantia do processo de acumulação de capital e sustentação do poder político.

Pela indústria de transformação que a dinâmica do desenvolvimento capitalista se estabelece produzindo encadeamentos inter e intrasetoriais e reproduzindo novas esferas econômicas de acumulação por meio do progresso técnico. Assim, o processo de industrialização subordina o trabalho à dominância dos meios de produção.

À luz deste entendimento que se pode identificar, pelo menos, três principais padrões de industrialização que conformam o desenvolvimento capitalista nos últimos trezentos anos. Primeiramente, a industrialização originária no século XVIII que acabou sendo sucedida pela industrialização retardatária no século XIX e, por fim, o avanço da industrialização tardia no século XX.

Gráfico 2 – Participação relativa da Grã-Bretanha, dos Estados Unidos e da China no produto industrial mundial em anos selecionados (Total mundial = 100%)



Fonte: Bairoch, 1982; Kennedy, 1988; Unido, 2014 (elaboração própria).

*projecção

Nos padrões de industrialização originária e retardatária predominou tanto o passado feudal das sociedades, salvo a experiência dos Estados Unidos, como a fase de livre concorrência no capitalismo. Para o padrão de industrialização tardia vigorou fundamentalmente a fase monopolista da competição internacional capitalista e a condição colonial pretérita de economias exportadoras de produtos primários.

Esses diferentes padrões de industrialização não correspondem a uma simples perspectiva evolucionista registrada nos últimos três séculos desde a sucessão exitosa do desenvolvimento na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos e, mais recentemente, na China. Ao contrário, resultam da singular confluência de profundas transformações no interior de suas estruturas produtivas motivadas a seu tempo histórico pela dominância do capital industrial sobre o conjunto das forças produtivas.

A partir da segunda metade do século XVIII que se pode registrar no mundo o avanço da industrialização da produção, originariamente na Grã-Bretanha. Até então, as experiências existentes da produção artesanal e manufatureira não se pronunciavam concentradamente, conforme se verificou por meio da agregação das atividades produtivas em torno de estabelecimentos maiores que as antigas oficinas de ofício.

O pioneirismo da Grã-Bretanha apontou a concentração industrial por necessidade tanto técnica, exigida pela mecanização, como financeira, geradora de lucros no interior do funcionamento integral do sistema capitalista. Com a primeira Revolução Industrial, o protagonismo da industrialização ocorreu pela produção têxtil.

Em grande medida, o movimento da acumulação primitiva de capital derivado do sucesso do mercantilismo e das novas fronteiras de exploração colonialista entre os séculos XVI e XVIII favoreceu a Grã-Bretanha, enquanto berço do padrão de industrialização originária.

Para isso contou também a submissão do Estado aos interesses da burguesia, desde a Revolução Gloriosa de 1688 que havia esvaziado o poder do clero e da monarquia inglesa. Complementa o prévio périplo industrializante pioneiro, a divisão social do trabalho imposta por meio do cercamento nas terras inglesas, capaz de gerar enorme excedente da mão de obra do campo para as cidades. Adicionalmente, a combinação entre a farta produção de matérias primas proveniente das colônias e o uso crescente das novas máquinas de tear potencializou a indústria metalúrgica e de mineração de carvão. As práticas mercantilistas lideradas e financiadas pelo Estado através da Companhia das Índias Orientais e do tráfico de escravos transatlântico estimularam a especialização do trabalho e a estrutura de comércio de matérias-primas, produtos manufaturados e ferro já existentes na Grã-Bretanha.

Pela contida exigência de recursos na expansão da indústria têxtil, o simples deslocamento dos capitais comercial e bancário para o industrial permitiu financiar a onda de novos investimentos. Ainda que estabelecidas como empresa familiar, a dependência do crédito bancário e dos comerciantes se mostrou importante para a industrialização pioneira e, sobretudo, para o financiamento dos comércios interno e externo.

O avanço da indústria têxtil que desencadeou o processo de industrialização trouxe consigo a urbanização e, com isso, a construção civil e a infraestrutura na abertura de canais de transporte. De imediato, a demanda crescente de carvão para o consumo doméstico e transporte ferroviário, por meio da implementação do motor a vapor.

Em síntese, as relações interindustriais que consolidaram a liderança do capital industrial na expansão econômica inglesa e na subordinação do conjunto das forças produtivas. Pela dominação no interior das frações da classe dominante inglesa que o capital industrial se estabeleceu enquanto dirigente no interior bloco histórico constitutivo da acumulação capitalista.

Ao mesmo tempo, a presença de tecnologias simples, com pequenas exigências de capitais para o investimento, permitiu ampliar as escalas de produção. O vigor do capitalismo concorrencial que sucedeu a crise do feudalismo inglês pela acumulação primitiva absorvedora de excedentes resultantes do avanço do comércio colonial e tráfico escravista deu vazio a estrutura econômica regulada por mecanismos estritos da ordem econômica.

Os indicadores de preços nos mercados específicos generalizaram o caráter privado e mercantil do padrão de industrialização originária. A forma pela qual evoluiu a organização industrial e de financiamento das empresas de base familiar permitiu crescente reinvestimento dos lucros próprios, bem como do crédito nos bancos e outros agentes de financiamento.

Em grande medida, a simplicidade tecnológica, passível de ser difundida por sua portabilidade, através dos trabalhadores especializados, potencializou a ampliação da estrutura produtiva industrial, sem proteção à concorrência e barreiras ao surgimento de novas empresas. Entre 1770 e 1830, por exemplo, a indústria leve se expandiu decisivamente para, na sequência evidenciar a força dos desdobramentos da inovação intrínseca no ciclo ferroviário, consolidando a estrutura produtiva fabril sob o comando das sociedades anônimas.

Nesse sentido que a ordem internacional de liberdade cambista de mercadorias, dos fluxos de capitais e do movimento migratório se estabeleceu no século XIX (*laissez faire*). Mesmo assim, o padrão de industrialização originária na Grã-Bretanha concedeu posição monopolista no mercado mundial de produtos manufaturados, permitindo dispensar a prática do protecionismo por parte de sua burguesia industrial. Em 1880, por exemplo, a Grã-Bretanha respondia por $\frac{1}{4}$ de todo produto industrial do mundo.

Ademais, sua condição imperial manteve relações prevalentes entre metrópoles e colônias, o que impossibilitou praticamente a difusão de políticas de caráter nacional, mesmo em países já plenamente constituídos. Essa posição imperial no desenvolvimento pioneiro da industrialização capitalista inglesa tornou o livre comércio positivo para o capital industrial submetido ao padrão monetário do ouro-libra.

Ao se colocar como monopolista na oferta de produtos manufaturados para o mundo, a Grã-Bretanha organizou a primeira Divisão Internacional do Trabalho. Em contraposição à exportação de bens industriais, defendia a livre importação de matérias primas e alimentos, ainda que representantes de suas colônias no parlamento britânico defendessem o exclusivismo metropolitano.

O sistema colonial inglês se estendeu até a primeira Guerra Mundial (1914 – 1918). Mas desde antes, ainda que de forma gradual, o colonialismo foi sendo esvaziado, como pela independência dos Estados Unidos que, em grande medida, esteve relacionada direta e indiretamente aos interesses contrariados da burguesia industrial nascente no seio de novas e velhas sociedades agrárias.

Industrialização retardatária

No contexto da primeira metade do século XIX que se inscreveu o padrão de industrialização retardatária frente à ascensão do capital industrial nos Estados Unidos, França e Alemanha. Uma segunda onda da industrialização atrasada avançou posteriormente para Rússia, Japão e Itália ao final do século XIX.

Para esses países, a transição do capitalismo concorrencial para o monopolista e a emergência de uma nova Revolução Industrial na segunda metade do século XIX constituíram os dois principais elementos estruturadores do processo de industrialização retardatária. O avanço da estrutura monopolista não significou a ausência de competição entre grandes capitais, embora representasse crescente constrangimento ao livre acesso no mercado por pequenos e médios capitalistas.

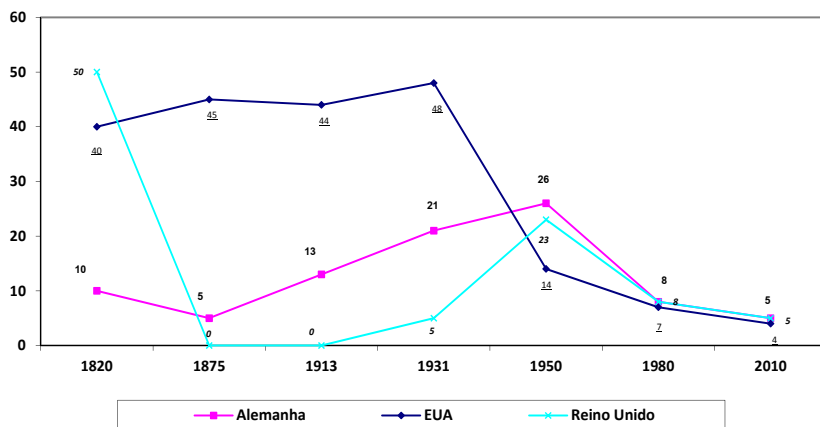
Até o ciclo ferroviário, entre as décadas de 1830 e 1870, a estrutura inglesa de pequenas unidades de produção decorrente do capitalismo concorrencial havia sido transportada para alguns poucos territórios que conseguiram cumprir os requisitos da divisão social do trabalho e do pleno funcionamento da economia mercantil. Dessa forma, a expansão da manufatura permitiu aos países de industrialização retardatária elevar suas participações relativas no mercado mundial de produtos industriais.

A combinação de pequenas escalas de produção com simplificação tecnológica possibilitou a internalização de ramos diversos da produção industrial leve, o que significou conseqüentemente a abertura de novas vias de concorrência com a Grã-Bretanha. Mas foi com a importação inicial dos bens de produção ingleses, como aqueles vinculados ao ciclo ferroviário, que se viabilizou a industrialização atrasada, capaz de unificar o mercado nacional em cada país.

Assim, o padrão de industrialização retardatária transcorreu associado ao desenvolvimento da fabricação dos meios de produção, diferentemente do pioneirismo inglês assentado nas indústrias leves de bens de consumo. Com o ciclo ferroviário em países como Estados Unidos, França e Alemanha, a demanda por meio de produção se tornou intensa, expandindo a produção industrial local nos ramos da metalurgia, mecânica e siderurgia.

A ascensão do capital industrial sustentada pela expansão da criação dos meios de produção caracterizou o padrão de industrialização atrasado, apesar das diferenças pretéritas de organização da economia gerada por antecedentes feudais na Alemanha e França e colonial nos Estados Unidos. Assim, o antigo monopólio da industrialização inglesa terminou sendo desfeito pelo ingresso de novos países no mercado mundial produtor de bens industriais que se utilizavam, inclusive, de medidas protecionistas nos seus mercados nacionais.

Gráfico 03 – Evolução da taxação sobre a importação de produtos industriais (média em % do valor das importações)



Fonte: Bairoch, 1993; Unido, 2014 (elaboração própria).

Exemplo disso foi a taxaço sobre a importação de produtos industriais. Destaca-se, contudo, que a Grã-Bretanha, que era pioneira na produção industrial, sem concorrentes, praticou regime tarifário extensivo até o ano de 1846, quando liberalizou totalmente o comércio externo.

Ao contrário do Reino Unido que praticou a partir de então o livre cambismo, com nula taxaço sobre importação de produtos industriais, os países decorrentes do padrão de industrialização retardatária adotaram medias defensivas do parque produtivo. Percebe-se, em resumo, como o papel do Estado se alterou ao longo do século XIX enquanto defensor dos interesses da burguesia industrial nascente.

A partir de então, a política industrial assumiu diferentes possibilidades. Uma delas, o protecionismo à indústria nacional nascente pelas tarifas selecionadas sobre importação de manufaturados de maior valor agregado, ganhou expressão nos Estados Unidos com o secretario do Tesouro Alexander Hamilton, em 1790, e na Alemanha com Friedrich List a partir de 1841.

O objetivo era a proteção provisória da indústria na sua trajetória inicial até tornar-se competitiva nos mercados globais. Outra possibilidade de política industrial foi o apoio estatal à expansão dos meios de produção através dos financiamentos de longo prazo.

Com o aprofundamento da segunda Revolução Industrial desde 1870, a internalização de novos produtos e de grandiosa escala de produção nos setores da energia elétrica, química, petróleo, motor a combustão, aço, entre outros, exigiu maior impulso à concentração e centralização dos capitais. De um lado, o fortalecimento da grande empresa pela força das sociedades anônimas e de outro, a conformação dos fundos de financiamento de médio e longo prazos.

Para isso, o engrandecimento do fundo público, por meio de reforma tributária que se mostrou fundamental na ampliação da oferta de crédito para a industrialização nos países como a França, Japão e Rússia. O processo de monopolização ao final do século XIX resultou também da relação direta entre o capital industrial e os bancos de investimentos, conforme experiências bem evidenciadas nos Estados Unidos e Alemanha. A conformação inicial das grandes corporações industriais e financeiras demarcou o padrão de industrialização retardatária consagrado pelo avanço no papel do Estado na economia em meio à consolidação da segunda Revolução Industrial.

A reorganização da “nova indústria” da segunda revolução alterou profundamente as formas tradicionais de uso e remuneração da força de trabalho. Enquanto o método *taylorista* (engenheiro e empresário estadunidense, Frederick Taylor, 1856 – 1915) estabeleceu a execução padronizada das tarefas laborais em menor tempo e energia por trabalhador, o *fordismo* (engenheiro estadunidense Henry Ford, 1863 – 1947) fundou a especialização do empregado no interior do sistema de produção em série, caracterizada pela linha de montagem.

Com a integração dos avanços derivados do progresso técnico e da grande corporação industrial e bancária, o sistema de capitalismo concorrencial transitou rapidamente para a estrutura de produção e distribuição monopolista. Por consequência, a Ordem Internacional do *laissez faire* entrou em crise a partir das duas grandes Guerras Mundiais entre as décadas de 1910 e 1940 e da Depressão de 1929.

Somente com o acordo de Bretton Woods, em 1944 nos Estados Unidos, e a Conferência de Yalta, em 1945 na Criméia, que o sistema capitalista de dimensão global voltou a recompor novamente o seu curso, agora sob a centralidade dinâmica dos Estados Unidos. Enquanto as regras para as relações comerciais e financeiras mundiais foram

estabelecidas pela conferência de Bretton Woods, com 730 delegados representantes de 44 países, a reunião dos chefes de governo dos Estados Unidos (Franklin Roosevelt), Inglaterra (Winston Churchill) e União Soviética (Josef Stalin) em Yalta ressegurou o conjunto dos objetivos da estabilidade e recuperação do mundo após o encerramento da segunda Guerra Mundial.

Ademais, a conferência de Yalta, a terceira realizada posteriormente aos encontros das lideranças dos países aliados em Teerã e Posdam, estabeleceu as principais diretrizes de convivência e que prevaleceram durante a chamada Guerra Fria (1947 – 1991) entre os dois maiores blocos de países capitalistas e socialistas. Com isso, a postura dos Estados Unidos se apresentou distinta da verificada anteriormente pela Inglaterra que associou o desenvolvimento capitalista na forma organizacional dos impérios.

Com o reposicionamento dos EUA, o período do após segunda grande Guerra Mundial foi acompanhado pelo processo de descoloniização imperial existente anteriormente, com a difusão e a expansão de novos países. Na primeira reunião de criação da ONU (Organização das Nações Unidas), em 1946, por exemplo, houve o registro de apenas 51 países, ao passo que no final do século XX eram quase 200 nações existentes.

Pela constituição de um novo mundo dividido por Estados Nacionais ocorreu também a proliferação interna das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento industrial no momento em que os Estados Unidos respondiam por 45% de todo o produto industrial mundial. Nesta mesma década de 1950, o conjunto dos demais países de industrialização retardatária concentrava mais de 4/5 da produção industrial mundial.

Industrialização tardia

A dominância da produção industrial em poucos países foi sendo alterada gradualmente com a elevação relativa de outro conjunto de nações excluídas da industrialização. Mas a ascensão do padrão de industrialização tardia terminou seguindo o contexto da Guerra Fria e a regulação da competição capitalista pelo acordo de Bretton Woods.

Por conta disso e diferentemente das industrializações originais e retardatárias, o capital industrial, para se tornar dominante na dinâmica econômica local, precisou contornar barreiras decorrentes da monopolização da produção gerada pela segunda Revolução Industrial, cada vez mais assentada em poucas e grandes empresas instaladas nos países ricos. Assim como a presença do Estado se tornou imprescindível, a internalização do capital estrangeiro passou a fazer parte dos avanços da industrialização tardia.

As distinções no padrão de industrialização tardia ocorreram tanto no tipo de desenvolvimento das estruturas industriais como na atuação do Estado, das políticas públicas e ideologias incorporadas. Em função disso que a marcha das industrializações nacionais não transcorreram em pleno século XX naturalmente como as anteriores.

Pelo contrário, o movimento de industrialização seguiu mais em continuidade do que ruptura propriamente dita com o passado, sem que a tradicional revolução burguesa ou mesmo as clássicas reformas civilizatórias do capitalismo (agrária, tributária e social) fossem plenamente constituídas. A fragilidade industrialista representada pela dominância ideológica burguesa, bem como à débil ênfase no progresso tecnológico, indicou dificuldades maiores à internalização endógena e à autonomização da inovação através do setor de bens de capital (HIRSCHMAN, 1971; LESSA, 2001).

Isso porque a situação original do setor privado era de longo atraso e fraqueza frente ao desafio de internalizar os meios de produção industrial com plantas gigantescas e acordos monopolistas de significativa intensidade tecnológica. Sem a intervenção orgânica do Estado, a tendência seria a dependência e secundarização do capital industrial subordinado ao crescimento da produção manufatureira leve por determinadas circunstâncias locais vinculadas, em geral, ao comércio externo.

Diante disso, torna-se importante considerar o padrão de industrialização tardia enquanto combinação especial entre eventos de natureza externa e interna para cada país. Em geral, a Depressão de 1929 e as duas grandes Guerras Mundiais (1914 -1918 e 1939 – 1945) tiveram repercussões importantes para o desencadeamento industrial, tanto na América Latina como na Ásia, por exemplo.

Mas isso, por si só, não seria suficiente sem a prévia existência da divisão social instalada pela transição da economia mercantil para capitalista de exportação, bem com a experimentação inicial de políticas de industrialização decorrentes da reunião de forças sociais, mesmo que heterogêneas, para a sustentação do Estado de natureza desenvolvimentista (LOVE, 1996; PREBISCH, 1998; OLIVEIRA, 1985; MELLO, 1982).

Como precedente, as indústrias existentes encontravam-se subordinadas e, portanto, não antagônicas ao impulso exportador. Somente quando o capital industrial se constituiu dominante no interior das frações da classe dominante que o curso da industrialização tardia se estabeleceu.

Em sua fase inicial, a industrialização transcorreu geralmente com a participação do Estado e associada à exportação de produtos primários geradora de divisas externas necessárias ao financiamento

das importações de bens intermediários e de capital. A industrialização, neste sentido, não se apresentou imediatamente contrária aos interesses primário-exportadores.

Aliás, a vocação primário-exportadora não terminou sendo totalmente abandonada pelas elites dirigentes em meio ao crescimento da quantidade de indústrias. Com o esforço de completar a industrialização, por meio dos blocos de investimentos capazes de internalizar a indústria pesada da segunda Revolução Industrial, o processo de acumulação de capital se deu com mais apoio estatal e dos investimentos diretos do exterior.

A crescente presença da grande empresa industrial estrangeira se mostrou, em maior ou menor medida, parte integrante dos poucos países que conseguiram avançar na industrialização tardia. As alianças industrialistas dirigentes tiveram mais êxito na Ásia Oriental que na América Latina a partir do último quartel do século XX, quando a industrialização se apresentou como uma descontinuidade ao passado primário-exportador.

Mas isso, todavia, inscreve-se no âmbito mais amplo dos novos processos que passaram a atuar sobre a determinação geral da industrialização. De um lado, a constituição dos novos produtos e processos vinculados à terceira Revolução Industrial e Tecnológica que desde a década de 1970 permitiram avanços consideráveis na produção.

Pela eletroeletrônica, por exemplo, as tecnologias de informação e comunicação, a biotecnologia, a nanotecnologia, entre outros, o progresso técnico se expandiu, constringendo e envelhecendo setores industriais pré-existentes. Novas escalas fragmentadas de maior produção assentadas nas cadeias globais de valor passaram a exigir maiores graus de inédita concentração e centralização de capital.

Dessa forma, tem avançado cada vez mais o poder das grandes corporações transnacionais que concentram capital em estruturas de mercado monopolista. Na circunstância de um padrão de industrialização com a dimensão global, cada país tende a se reposicionar enquanto parte constitutiva das cadeias globais da produção manufatureira.

O comércio externo molda-se cada vez mais em função das trocas interfirmas, assim como os investimentos no progresso técnico concentra-se nas corporações transnacionais, responsáveis por mais da metade da produção de manufatura. A disputa em torno dos fundos públicos tende a assumir maior compromisso com as grandes corporações transnacionais diante da oportunidade de fazer parte das cadeias globais de valor.

De outro lado, o processo de terceirização industrial evidenciou a externalização dos serviços que se encontravam internalizados pelo padrão de produção da manufatura fordista, herdado da segunda Revolução Industrial. Neste sentido, o conceito da empresa enxuta, responsável pela adoção da terceirização dos serviços vinculados à produção, tornou-se crescentemente generalizado, constituindo enquanto parte integrante do sistema de *outsourcing* global.

Frente aos avanços da terceira Revolução Industrial e da terceirização da industrialização, a capacidade do capital industrial de subordinar o conjunto das forças produtivas e liderar as frações da classe dominante tem sido colocada em xeque. A continuidade do deslocamento da produção de manufatura para a Ásia traz em consequência o esvaziamento relativo do valor da indústria na produção nacional e do emprego em manufatura, no total da ocupação, em parte, dos países que tinham a dominância do capital industrial no interior da classe dominante.

A China que segue o padrão de industrialização tardia respondia por 1/5 do produto industrial mundial no início da segunda década do século XXI. Ao se manter esta trajetória poderá expressar peso relativo no produto industrial equivalente ao que registrou os Estados Unidos na década de 1950, menos de um século depois, em 2040.

Na sequência, busca-se tratar da temática da desindustrialização. Para isso, apresentam-se os distintos padrões de desindustrialização no mundo.

Padrões de desindustrialização

As análises convencionais a respeito do processo de desindustrialização atendem, em geral, aos indicadores que apontam para a queda na participação tanto do valor da indústria na produção e no balanço comercial como do emprego no total da ocupação. Considerando a importância da indústria para o crescimento da economia e sua relação com a produtividade como um todo, a desindustrialização teria efeitos contrários ao avanço futuro das sociedades (KALDOR, 1966; NERDOOR, 1993).

De maneira geral, a determinação do crescimento econômico encontra-se relacionada à contribuição do produto industrial na estrutura produtiva existente. Os maiores aumentos no nível da renda *per capita* dos trabalhadores associam-se ao crescimento do setor industrial.

Para isso, contudo, caberia analisar a tipologia formulada para a industrialização positiva, negativa e à relacionada ao comércio exterior (ROWTHORN; WELLS, 1987; ROWTHORN; COUTTS, 2004).

Enquanto a industrialização positiva seria natural, evidenciada pela mudança estrutural provocada pelo maior dinamismo dos serviços ante a produção industrial nas economias desenvolvidas, a negativa decorreria dos fracassos econômicos que desviariam da rota do produto potencial, sobretudo do setor manufatureiro.

Desincentivos à indústria que levam ao comportamento desfavorável no balanço comercial implicam geralmente no deslocamento da produção para outros setores da economia. A desindustrialização provocada pela denominada doença holandesa ou a combinação desfavorável da valorização cambial com as altas taxas de juros explicariam o poder do balanço comercial sobre o desempenho negativo da produção de manufatura, gerando especialização produtiva e exportação baseada em produtos intensivos em recursos naturais e em mão de obra barata (PALMA, 2008; RODRIK, 2008).

Nesse sentido que os objetivos de natureza social e política poderiam compensar ou reforçar os movimentos da desindustrialização. Consideram-se como vias alternativas à subordinação do capital industrial, a dotação aos recursos humanos e naturais, as escalas de produção, os investimentos em progresso técnico, o capital externo.

Distante disso pode-se compreender o desenvolvimento da temática da desindustrialização evidenciada pelos estudos teóricos e empíricos compostos por três vertentes principais. Uma primeira, identificar as alterações dinâmicas no interior da divisão da economia em três grandes setores de atividade, conforme proposta original de Colin Clark (1957). De parte de alguns estudos realizados a partir desta perspectiva, percebe-se que a perda de influência da indústria, em relação aos demais setores da economia, encontra-se associadas à evolução da renda *per capita*, que após levar ao esvaziamento da agropecuária e indústria, apontaria para a elevação dos serviços (KUZNETS, 1957; UNIDO, 1979).

A segunda vertente da desindustrialização vincula-se ao comportamento do progresso técnico. Para além da evolução da renda *per capita* com implicações sobre mudanças na demanda setorial da economia, deteria mesma importância o conhecimento tecnológico observado pelo movimento da oferta sobre o estoque de capital por trabalhador e o aumento do grau de educação e qualificação da mão de obra (CHENERY, 1960; CHENERY; WATANABE, 1958).

Por fim, a terceira vertente associada ao comportamento do emprego industrial. A maturidade da industrialização se estabeleceu quando a expansão prolongada do emprego industrial se esgotaria *vis-à-vis* a queda das ocupações na agropecuária (ROWTHORN; WELLS, 1987).

A partir daí teria início a fase da desindustrialização, com a queda relativa do emprego industrial acompanhada da continuidade da ocupação do setor agropecuário. O elemento crucial a explicar este movimento do ciclo industrial assenta-se na mudança tecnológica, acrescida da elevação da renda *per capita* acima da demanda de alimentos e do ciclo de bens de consumo duráveis.

O resultado seria o deslocamento da demanda para o setor de serviços, com a conseqüente expansão do emprego no setor terciário dos países desenvolvidos. Ao deterem produtividade menos intensa, os serviços seriam acompanhados por preços mais elevados, ao contrário dos bens industriais.

Diante disso, a expansão da economia como um todo poderia manter o sentido do pleno emprego, com modificações importantes na distribuição setorial dos trabalhadores ocupados. A desindustrialização, neste caso, poderia esvaziar a participação dos empregos na manufatura, porém compensados pela ampliação do nível da ocupação nos serviços (ROWTHORN; RAMASWAMY, 1999).

Mas pode haver desindustrialização perseguida pelo desemprego maior. Isso quando a redução relativa no emprego industrial, concomitantemente com a ocupação agrícola, não pode ser compensada pela expansão dos postos de trabalho no setor de serviços.

A recessão ou estagnação econômica poderiam justificar o movimento de desindustrialização. Mas também a própria alteração na estrutura de comércio, quando há passagem das exportações de bens manufaturados para a de produtos agropecuários ou serviços, também denominada especialização comercial.

De todo o modo, o comportamento da produtividade no trabalho industrial, mais acentuada do que em outros setores da atividade econômica, poderia apontar para o sentido da desindustrialização (TREGENNA, 2008). Assim, a desindustrialização ocorreria fundamentalmente pela combinação da perda relativa da participação da indústria no PIB e do emprego no total da ocupação.

Mas isso por si só não se constitui no fenômeno da desindustrialização capitalista. Passa a depender, é claro, da posição relativa do capital industrial no interior do conjunto das forças produtivas, se dominante ou dominado. A subordinação do capital industrial intra-frações da classe dominante evidencia o seu esvaziamento enquanto capacidade de dirigir o processo de acumulação de capital, apontando para a desindustrialização.

Dessa forma que a desindustrialização não deveria ser associada a processos homogêneos ao longo do tempo. Distinções são importantes de serem estabelecidas, uma vez que permitem identificar a existência de dois padrões distintos de desindustrialização (pioneira e avançada) que respondem a diferentes razões entre as nações que se industrializaram em algum momento temporal anterior.

Desindustrialização pioneira

A manifestação de um primeiro padrão de desindustrialização ocorreu ainda durante a prevalência da sociedade agrária, conforme a experiência nas antigas Índias¹ e China. A desindustrialização pioneira teria decorrido simultaneamente aos avanços da primeira Revolução Industrial centrada na Grã-Bretanha, que em 1700 concentrava população 20 vezes menor que a das Índias, por exemplo.

Até a primeira Revolução Industrial no século XVIII, o crescimento econômico caracterizava-se por ser extensivo nas antigas sociedades agrárias, com a prevalência de quase estagnação da renda por habitante. Mas isso não impossibilitou existir em determinadas localidades alguns centros de produção manufatureira.

O funcionamento de uma espécie da era pré-industrial moderna, cujo crescimento econômico se apresentou relevante e acima da média, foi observado no interior das sociedades agrárias (PERLIN, 1983). O registro destas experiências esteve associado à fase produtiva de manufaturas como se fossem indústrias prévias à industrialização capitalista.

Nestas condições, a organização da produção era fundamentalmente dominada pela forma artesanal, exercida por artesões em oficinas de pequeno porte. Com a divisão simples do trabalho, a presença da tecnologia era rudimentar e o financiamento da produção artesanal provinha dos comerciantes, o que revelava a relação de interdependência entre artesões e comerciantes.

1 As antigas Índias ou subcontinente indiano compreendiam a área geográfica que atualmente refere-se aos países pertencentes à Índia, Paquistão, Bangladesch e Mianmar.

Quando se considera o que era a produção mundial de manufatura no século XVIII, identifica-se a presença do porcelanato e tecelagem, entre outras atividades manuais, sem o registro da mecanização. Naquela época (1750), a China (33%) e as antigas Índias (25%) respondiam conjuntamente por quase 60% de toda a produção mundial, enquanto a Europa detinha menos de 30% do valor da riqueza internacional.

Um século depois, com a emergência da primeira Revolução Industrial na Grã Bretanha, a mecanização da produção em grande escala viabilizou a exportação praticamente monopolista de produtos manufaturados para o mundo. Com isso, a China e as Índias tiveram rebaixado a participação conjunta para menos de 15% do produto mundial de manufatura, enquanto os países de industrialização original e retardatária passaram a responder por cerca de 80% da produção de manufatura em 1880.

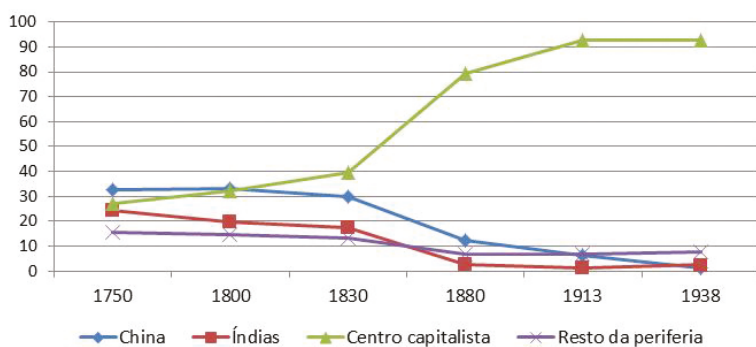
A ascensão da carda mecânica criada em 1750 por Paul Lewis para tecer o algodão por máquina de fiar impôs ritmo incrível à elevação da produtividade e da escala de produção com menores preços. Mas sem a expansão da navegação, especialmente a partir do motor a vapor, o deslocamento da produção industrial para outros mercados teria sido mais difícil (FRANK, 1998; MADDISON, 2003).

Mesmo assim, sem forças armadas e organizadas militarmente, o acesso aos novos mercados teria sido bem mais complexo do que de fato foi. Também o estabelecimento de moeda de curso internacional se mostrou funcional para acelerar o comércio externo e a dominação dos mercados.

Diante disso, adotam-se duas interpretações principais a respeito da manifestação do primeiro padrão de desindustrialização na região asiática (China, Índias e Indonésia). Por um lado, compreende-se o centro

simultâneo da inflexão tanto na queda da produção de manufatura no continente indiano e asiático como na ascensão industrial inglesa a partir da organização do poder imperial britânico.

Gráfico 04 - Evolução da distribuição da produção mundial de manufatura em anos selecionados (total = 100 %)



Fonte: Simmons (1985) e Bairoch (1982) (elaboração própria).

Assim, a organização do comércio externo a partir da armada militar imperial inglesa e o uso recorrente das políticas tarifárias protecionistas antes e durante o nascimento da industrialização pioneira se mostraram fundamentais para acentuar trajetórias da industrialização inglesa, ao mesmo tempo, e em contrapartida, da desindustrialização chinesa e indiana.

Por outro lado, tomam-se como referência da desindustrialização pioneira nas Índias e China, as circunstâncias internas associadas às opções de política econômica relacionada à defesa da produção manufatureira. Neste aspecto, ressaltam-se as respostas ao que poderiam contribuir para o desvio da trajetória de esvaziamento dos centros manufatureiros avançados nas duas principais regiões das antigas sociedades agrárias.

Poder imperial britânico

Ao se considerar a responsabilidade do exercício do poder imperial britânico no processo de desindustrialização pioneira, identificam-se dois movimentos importantes, sendo um em relação às Índias e outro à China. No caso das Índias destaca-se o fato de que a expansão das fábricas de algodão em Lancashire se deu à custa da desconstituição da produção artesanal e manufatureira de algodão e seda. Em resposta à política comercial inglesa de destruição do artesanato de fiação e tecelagem, ocorreu o empobrecimento generalizado no continente indiano.

O declínio da produção e exportação têxtil foi evidente a partir do século XIX. Pelas atividades da Companhia das Índias Orientais, a Inglaterra aumentou consideravelmente as exportações de têxteis de algodão, expandindo o comércio interasiático para os mercados europeus.

Até o final do século XVIII, por exemplo, parte significativa da produção têxtil era absorvida pela Inglaterra, cuja função imediata era a de reexportar, estabelecendo caminhos do comércio de manufatura no mundo. Ao mesmo tempo, a Grã-Bretanha se tornou exemplo do sucesso do protecionismo aplicado à sua indústria nascente frente à vantagem comparativa da produção têxtil (chitas) indiana (MARKS, 2002; PARTHASARATHI, 1998).

A produção indiana era manual, sem mecanização, ocupando trabalho barato e alimentado por agricultura produtiva organizada por artesões livres. Ao mesmo tempo, a organização da produção que havia iniciado por longa tradição da relação entre os comerciantes e os artesãos gerou enorme vantagem competitiva, o que se traduziu no maior fornecedor de produtos manufaturados da época.

A produção manufatureira era flexível e atendia a estrutura organizacional da oferta e distribuição do artesanato, capaz de atender escalas crescentes do mercado internacional, cujos principais centros eram em Punjab, Gujarat, Madras e Bengala. A quebra da relação entre comerciantes e artesões se mostrou fundamental para o declínio do peso relativo da produção têxtil indiano no mundo.

Com a ascensão inglesa da Companhia das Índias Orientais houve a monopolização do comércio de bens manufaturados, o que marginalizou os comerciantes e suas relações com a organização da produção pelos artesões indianos. O resultado foi a queda da produção flexível tradicional que caracterizava o êxito da manufatura indiana.

Acresce destacar ainda que as batalhas de Plassey (1757) e de Buxar (1764) viabilizaram a ascensão da Companhia das Índias Orientais (East India Company) que rapidamente impuseram o monopólio comercial nas Índias. A partir de Bengala, por exemplo, a Companhia das Índias Orientais ocupou o território do subcontinente indiano.

Desta forma, percebe-se que não foi apenas o avanço da Revolução Industrial na Inglaterra - um país de menor população - que reuniu condições suficientes para superar a produção e exportação têxtil indiana (LANDES, 1969; MARX, 1973). Em 1830, por exemplo, os britânicos dominaram o mercado mundial, enquanto a indústria têxtil de algodão indiano estava em ruínas, com a decadência das cidades de todo o Indostão e sua articulação entre indústria artesanal e agricultura.

Nesse sentido que o papel das tarifas e o protecionismo inglês não podem ser negligenciados. No ano de 1685, por exemplo, tarifa de importação para produtos da Índia foi estabelecida em 10%, que em 1690 passou para 20%.

Onze anos depois foi implementado em 1701 a Lei da chita inglesa que proibiu a importação de tecido tingido, pintado ou impresso. No ano de 1707, novas leis de tarifas à importação de produtos têxteis indianos foram implementadas, bem como em 1721 a aprovação das leis que restringiram ainda mais a importação têxtil indiana.

Ademais das barreiras tarifárias à importação que chegaram a alcançar 50% sobre os preços dos produtos de algodão indiano, houve também o aumento da importação inglesa de algodão cru das plantações escravistas do sul dos Estados Unidos, o que contribuiu ainda mais para comprimir o preço dos produtos indianos. Sem isso, a mecanização têxtil britânica possibilitada pelas invenções de Jenny de Hargreaves (1764), de Arkwright (1769) e de Crompton (1779) permitiria o salto na industrialização inglesa, mas não necessariamente a destruição dos centros de manufatura asiáticos.

Além de contraditória com a modernização expressa pela primeira Revolução Industrial em Manchester, sabe-se que parte da competitividade da produção inglesa dependeu por algum tempo das importações da produção do algodão originada do trabalho escravo nas colônias da América do Norte, complementarmente a presença da proteção à indústria têxtil britânica ao longo do século XIX, com tarifas de importação de 85% nos produtos de algodão indiano.

Somente a partir da segunda década do século XIX que a produção inglesa de têxtil conseguiu superar a competitividade indiana, fazendo valer a difusão do uso da energia no tear mecânico, que atingiu 4/5 da indústria na época. Com isso, o preço do tecido de algodão caiu 85% em 1835, quando a produção têxtil representava quase 50% de toda a pauta de exportação inglesa (MOE, 2007; ALAVI, 1982).

Até o início do século XIX, caso houvesse o livre cambismo, a indústria têxtil inglesa teria tido mais dificuldades para se consolidar,

uma vez que produtos têxteis de algodão indianos tinham preços quase 60% inferiores. Pela proteção à indústria nascente, a Grã-Bretanha constituiu a sua industrialização pioneira, desmontando as maiores produções manufatureiras concorrentes da época.

A força do império britânico a ocupar o espaço territorial indiano também contribuiu para inviabilizar a produção têxtil local. Desde a década de 1750, por exemplo, que a Grã-Bretanha controlou o centro da indústria têxtil indiana, em Bengala, por meio da East Company Indiana e impunha restrições ao livre comércio.

O domínio da Inglaterra dos mercados externos permitiu deixar sem proteção a fabricação nativa até então existente. Neste sentido, o poder do imperialismo da Grã-Bretanha sobre a Índia no século 19 até quase metade do século 20 foi determinante para a trajetória de sua desindustrialização e empobrecimento nas antigas regiões ricas.

No caso da Ásia, a força do império britânico se expressou mais fortemente desde o fim das guerras napoleônicas (1803 a 1815), quando objetivou impor o livre cambismo à China que mantinha saldo comercial superavitário e a maior população e produção da época. A Grã-Bretanha, ademais de ser importadora de produtos asiáticos (porcelana, seda e chá), encontrava dificuldades para exportar para a China, ocasionando significativo déficit comercial ao grande império do ocidente.

De todo o comércio inglês, o ópio extraído da papoula pelos indianos e que havia sido introduzido ilegalmente por comerciantes ingleses gerava lucros consideráveis, chegando a representar quase a metade do comércio britânico com a China. A difusão do vício do entorpecente que causou comprometimento da ordem social e econômica interna frente ao avanço da corrupção e dilaceração da saúde pública, sofreu reação mais repressiva por parte do Estado chinês

a partir de 1839 em cumprimento ao decreto de 1800 que proibia o seu consumo.

Nas duas guerras do ópio (guerras anglo-chinesas) houve pesadas indenizações à China. Na primeira, entre 1839 – 1842, o Tratado de Nanquim (1842) significou o pagamento de \$ 21 milhões de onças de prata para a Inglaterra pelo ópio apreendido, bem como a absorção inglesa de Hong Kong. Na segunda Guerra do Ópio entre 1856 e 1860, a China pagou, pelo Tratado de Tianjin, 2 milhões de onças de prata para a França e 3 milhões para a Inglaterra.

Ademais de comprometer a organização produtiva interna que afetava a produção de manufatura, a China teve que garantir o direito do livre comércio de ópio e a presença da armada inglesa em seu território. Mas diferentemente da dominação colonial na Índia, os tratados comerciais limitaram-se às regiões litorâneas da China, suficientes para enfraquecer a dinastia Qing (EDWARDES, 1973; MARTIN, 1968; FAIRBANK; REISCHAUER, 1989).

O contexto de decadência chinesa alargou-se ainda mais com a primeira guerra sino-japonesa (1894) frente ao desencorajamento das oficinas de aldeia e o comércio interno no meio rural. Coube, assim, certa resistência em algumas áreas litorâneas submetidas ao controle comercial inglês.

Sem o desenvolvimento de mercados interno e externo, com crédito e intermediação comercial, a competição com a Grã-Bretanha pelas Índias e China se tornou cadente. Desde o século XVIII que os ingleses haviam constituído mercados interno e externo de grande proporção para seus produtos, que se combinados ao sistema eficiente de navegação e às forças armadas potentes, viabilizaram a concorrência produtiva e comercial, bem como a dominação monetária e militar do mundo.

O resultado foi, em síntese, a desindustrialização pioneira na China e Índias. De forma simultânea ocorreu a consolidação da industrialização originária na Grã-Bretanha.

Circunstâncias internas indianas e chinesas

Para além da ação do poder imperial britânico, há que ser considerado também as circunstâncias internas na condução da política nas antigas sociedades agrárias, sobretudo nas áreas de produção manufatureira. No caso das Índias, por exemplo, convém ressaltar o movimento maior de desestruturação do Império Mughal ao longo do século XVIII.

Diante do crescimento dos conflitos internos, a autoridade central foi perdendo importância, o que favoreceu a desintegração da tradicional relação entre artesões e comerciantes indianos, levando ao processo destrutivo dos centros de produção manufaturados. A fragmentação do Estado de Mughal gerou a proliferação de várias moedas, com a desconstituição do funcionamento do comércio inter-regional e das formas de financiamento da produção artesanal (CLINGINGSMITH; WILLIAMSAN, 2004; ROY, 2000).

Isso porque o Império Mughal oferecia garantia para que as condições da produção tradicional artesanal progredissem consideravelmente, ao contrário da atuação da Companhia das Índias Orientais que impôs o monopólio do comércio aos produtos manufaturados locais (SETH, 2008; MARKOVITS, 2000).

Em função disso, o declínio do Império Mogol entre os anos de 1750 e 1810 ocorreu coincidentemente com a redução do peso relativo das Índias no produto industrial mundial em 24,1%, regredindo de 24,5% para 18,6%, respectivamente. A maior queda de 85% na

participação relativa das Índias no produto industrial mundial ocorreu entre 1810 e 1880, quando diminuiu de 18,6% para 2,8%.

Para este mesmo período de tempo, o domínio colonial inglês se acentuou decisivamente, embora estivesse alocado nas Índias desde 1600. A partir de 1773, contudo, a coroa britânica passou a deter o cargo de governador-geral.

A virada para o século XIX foi acompanhada pela ampliação dos domínios coloniais da Grã-Bretanha sobre as Índias. Entre os anos de 1858 e 1947, por exemplo, a coroa britânica deteve a soberania de todo o território das Índias.

Em síntese, o processo de desindustrialização indiano (métodos artesanais de produção de manufatura) durou cerca de cem anos, entre a metade dos séculos XVIII e XIX. A decadência do artesanato representou a queda no nível de rendimento e ocupação da mão de obra, inviabilizando a possível transição da fabricação tradicional para a moderna indústria indiana.

Na Ásia, especialmente em relação à China, a desintegração dos interesses da elite dirigente terminou por conter a força de suas tecnologias superiores e avanços econômicos na região do delta do rio Yangtze. Até o século XVIII, por exemplo, a área irrigada pelo rio Yangtze, o maior rio da Ásia, era uma das mais prósperas fora da parte ocidental da Europa (CLARK, 2002).

De certa forma, a prevalência dos métodos tradicionais da seda chinesa ao longo do tempo impediu a proliferação de descobertas a respeito das culturas de bichos da seda. Assim como coube à França, por exemplo, desenvolver método de controle de doenças nos casulos do bicho da seda, foi um inglês que gerenciou na China o primeiro *filiature* têxtil.

Com a consolidação de um mercado de dimensão global de seda a partir do século XIX, outros ofertantes entram em competição, como os Estados Unidos. Com a ascensão da política tarifária, a importação de matéria-prima tornou-se mais competitiva.

Ademais do atraso na modernização dos processos de produção chinesa da seda, havia uma complexa interação entre as elites, os camponeses e o Estado. A condição de isolamento da dinastia Ming gerava informações distantes sobre o Ocidente, uma vez que o acesso aos estrangeiros era restrito a Hong-Kong e Canton.

Em função disso, as elites chinesas terminaram sendo surpreendidas tanto com as significativas transformações trazidas pela Revolução Industrial como o poder militar superior inglês. Após o fechamento das relações externas chinesas por longo tempo, houve constrangimento com a abrupta abertura comercial imposta pelos ingleses.

Com a ocidentalização levada pela Grã-Bretanha, a crença passada de identificar a China como o centro civilizatório e os povos não chineses considerados bárbaros e de cultura inferior, tornou-se descreditada. A elite dirigente manteve-se conservadora na manutenção do seu poder, distanciando-se mais da modernização econômica e política (HAO; WANG, 1980; FAIRBANK; REISCHAUER, 1989).

Dessa forma, a China, ao contrário do Japão, bloqueou a possibilidade de romper com seu passado, prisioneiro de instituições milenares. O poder menos unificado da China permitiu que o descentralizado sistema burocrático sufocasse iniciativas capitalistas de concorrência mercantil. A rigidez na relação entre proprietários e camponeses dificultou a expansão de uma alta classe mercantil chinesa.

Resumidamente, o atraso das elites chinesas em modernizar a produção e distribuição possibilitou que a frágil dinastia Qing

mantivesse por longo tempo as formas feudais tradicionais, não obstante o avanço das novas tecnologias de produção da Revolução Industrial na Inglaterra. Entre os anos de 1800 e 1880, por exemplo, a participação da China no produto industrial mundial caiu 62,5%, passando de 33,3% para 12,5%, respectivamente.

Desindustrialização avançada

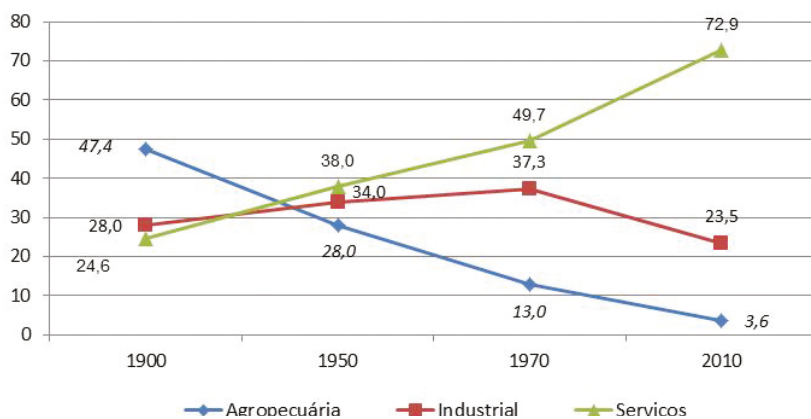
A subordinação do capital industrial às demais frações das forças produtivas a partir do século XVIII na Grã-Bretanha rompeu com o predomínio da antiga sociedade agrária. O aumento relativo da participação industrial no Produto Interno Bruto (PIB) indicou a consolidação da moderna sociedade urbana e industrial.

Mas a partir da segunda metade do século XX, com a ascensão dos serviços sobre o conjunto da agropecuária e indústria no interior da composição do PIB, a perspectiva de uma nova transição para a sociedade pós-industrial passou a ser identificada como padrão de industrialização avançada (ARON, 1981; BELL, 1973). No ano de 2010, por exemplo, o peso relativo da indústria no PIB das economias de capitalismo avançado foi de 23,5%, o menor verificado desde 1900 (28,5%).

A queda relativa da manufatura no produto nacional não teria se apresentando tão intensa como a verificada na evolução da agropecuária. O sentido de baixa na participação da indústria no produto total ou do emprego na manufatura em relação à ocupação geral não seria suficiente, contudo, para caracterizar o padrão de desindustrialização.

Apenas demarcaria a trajetória de mudança na sociedade a partir do final do século XX. Mas para isso, as economias trariam consigo a renda *per capita* elevada, resultado da indústria de transformação em seu pleno potencial de maturidade.

Gráfico 05 – Evolução da composição do Produto Interno Bruto nos países desenvolvidos em anos selecionados (total = 100 %)



Fonte: Ocde (elaboração própria).

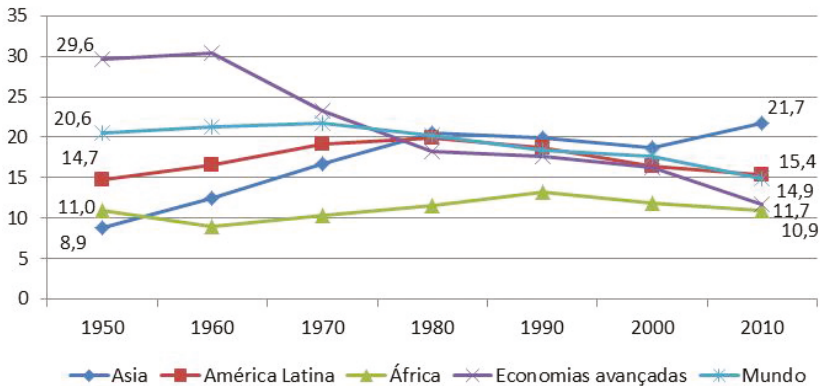
Assim, o avanço nos ganhos da produtividade industrial reproduziria, sobretudo a modernização, a diversificação e a expansão do setor de serviços. Sem estancar o processo de crescimento econômico, com aumento na taxa de investimentos e a ampliação da produtividade, a indústria perderia participação apenas em termos relativos no conjunto da produção, mantendo-se, porém, como polo dinâmico da economia capitalista.

Ao mesmo tempo, a continuidade do progresso técnico tornaria os ganhos dinâmicos de escala compatível com o crescimento da competitividade da indústria nacional em detrimento da exposição à demanda externa. Ainda que existente, as importações de máquinas e equipamentos não deveriam substituir a demanda interna, tampouco comprometer o balanço de pagamentos.

Em síntese, o esvaziamento da indústria no produto nacional ou na ocupação geral não implicaria desindustrialização, mas uma

trajetória constitutiva da sociedade de serviços, ainda dependente da liderança do capital industrial.

Gráfico 06 – Evolução da participação relativa da manufatura no Produto Interno Bruto em países e anos selecionados (em %)



Fonte: Unido (elaboração própria).

Tomando-se com ponto de partida a segunda metade do século passado, nota-se que o movimento geral de queda relativa do produto industrial no PIB se apresenta mais intenso nas economias avançadas, estimado em 60,5% entre 1950 (29,6% do PIB) e 2010 (11,7% do PIB). As demais regiões registraram participação relativa da indústria no produto em 2010 acima do ano de 1950.

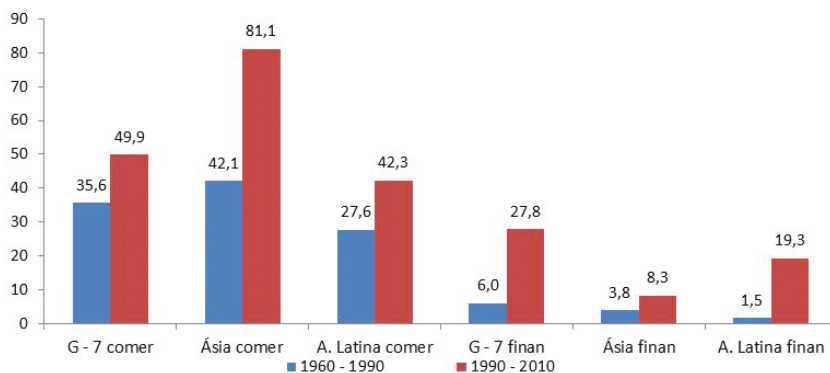
Dessa forma, percebe-se que o comportamento nas economias neste início do século XXI não se apresenta homogêneo em relação ao peso relativo da indústria no PIB. Enquanto as economias capitalistas de elevada renda *per capita* apontam a continuidade na queda relativa da indústria no produto, a Ásia registra justamente o inverso. No mundo como um todo, a participação da manufatura refluíu de 25% do PIB em 1970 para 15,7% em 2012.

Diante disso, cabe analisar as razões principais pelas quais o capital industrial perde a sua capacidade de subordinar as demais frações da classe dominante em cada país. Resumidamente, o padrão de desindustrialização avançada seria motivado pela subordinação da dinâmica industrial à dominância financeira, pela desconstrução das economias de planejamento central e pela valorização cambial e elevada taxa de juros.

Dominância financeira

A partir da década de 1980, com a ampliação do movimento de liberalização financeira, os sinais da desindustrialização avançada passaram a ser percebidos combinadamente com a redução na taxa de investimento. Pela dominação financeira no interior das frações da classe dominante, a autonomia do capital industrial se tornou cada vez mais contida diante de taxas de retorno nas atividades de manufaturas inferiores aos ganhos nos mercados especulativos (HILFERDING, 1985; BRAGA, 1985; CHESNAIS, 1996).

Gráfico 07 – Evolução da globalização comercial* e financeira** em regiões e períodos selecionados (em %)



Fonte: BIS e FMI (elaboração própria)

* Peso relativo da soma das exportações com importações no PIB; ** Peso relativo do total dos fluxos de capitais no PIB.

Em síntese, a perda de participação relativa da indústria no produto ou no nível de ocupação não seria um processo natural, mas resultante da menor autonomia da política industrial nacional. A desregulação e liberalização dos fluxos financeiros internacionais comprometeu a viabilidade interna dos investimentos industriais, explicitando cada vez mais a volatilidade das economias financeirizadas (ALDERSON, 1999; KRUGMAN, 1988).

O curso atual do processo de globalização tem se assentado sobre duas vias principais, a comercial e a financeira. Na comparação do período anterior e posterior à globalização, constata-se que a sua face comercial aumentou mais acentuadamente na Ásia (92,6% de crescimento) do que a face financeira nos países pertencentes ao G - 7 (4,6 vezes de aumento) e na América Latina (12,9 vezes de elevação).

No período de entre os anos de 1960 - 1990 e de 1990 - 2010, o peso relativo do total das exportações mais importações no PIB saltou de 42,1% para 81,1% na Ásia, ao passo que no G-7 subiu de 35,6% para 49,9%. Para o mesmo período de tempo, o peso relativo dos fluxos de capitais no PIB passou de 3,8% para 8,3% na Ásia e de 1,5% para 19,3% na América Latina.

Neste contexto que também se nota o avanço da decadência do padrão de industrialização e regulação fordista frente a uma nova fronteira de expansão capitalista aberta a partir da Ásia no último quartel do século XX. O seu vetor principal tem sido o rápido e considerável processo de monopolização do capital por meio das cadeias globais de valor (GLATTFELDER, 2013; MILBERG; WINKLER, 2013; ROTHOPF, 2008).

O grau de concentração e centralização do capital em algumas poucas corporações transnacionais tem transcorrido simultaneamente

ao sistema fragmentado da produção que recorta territórios nacionais, cada vez mais interligados pelos avanços da terceira Revolução Industrial e Tecnológica. Atualmente, não mais do que trezentas regiões territoriais dispersas no mundo encontram-se conectadas e articuladas ao modo capitalista global de produção e distribuição, comprometendo o funcionamento das políticas públicas e esvaziando o grau de autonomia dos Estados Nacionais (NARODOWSKI; LENICOV, 2012; DREIFUSS, 2004).

Diante disso, que a tendência da terceirização nas atividades de serviços embutidas no interior da indústria, como a restauração, limpeza, vigilância, suprimentos, recrutamento, processamento de dados, *design* e transporte provocam o esvaziamento artificial do tradicional produto e emprego industriais. O processo de *outsourcing* se expandiu tanto no interior do espaço nacional como nas cadeias globais de valor.

A real localização nacional e internacional das indústrias tem sido exposta por simultânea concentração do controle das grandes corporações transnacionais no *core business* com a descentralização das partes secundárias em termos da fragmentação de valor pelas cadeias globais de produção. Pela perspectiva do encadeamento produtivo gerador da demanda de uma diversidade de insumos vinculados a outros setores, a economia no seu todo teria a indústria como centro estratégico, dinâmico e estruturador.

Também em relação às externalidades geradas pelos investimentos em pesquisas e desenvolvimento em tecnologia, cabe à indústria papel fundamental. Do contrário, a demanda por progresso técnico permanece diminuta, distante da geração de empregos de maior qualidade e remuneração.

Ao se considerar o padrão de desindustrialização naturalizada pela dominância financeira, cabe ressaltar o prejuízo industrial imposto

pela adoção generalizada das políticas de corte neoliberal. Ainda que isso tenha comprometido parte do parque industrial nas economias capitalistas avançadas, ganha importância o processo de desindustrialização ocasionado na Europa oriental, com o fim da experiência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Transição capitalista nas economias de planejamento central

Desde a década de 1970 que o processo de desindustrialização encontrava-se localizado nas economias capitalistas de PIB *per capita* elevado. Com o colapso das experiências de socialismo real, os programas adotados de transição para o capitalismo impactaram direta e indiretamente a estrutura das economias de planejamento central.

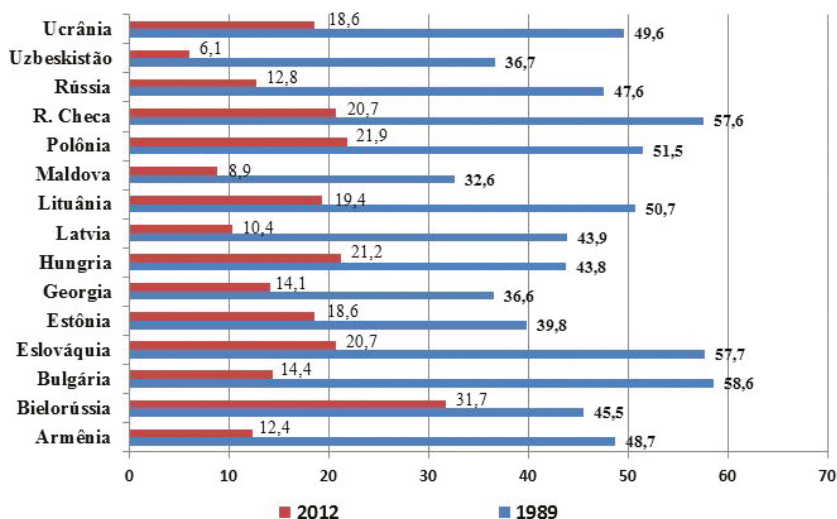
Considera-se que até o final dos anos de 1980, por exemplo, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) respondia por cerca de 18% do produto industrial mundial, somente abaixo da participação relativa registrada nos Estados Unidos (32%). Para o ano de 2012, por exemplo, a somatória do peso relativo de cada um dos países que formavam anteriormente à antiga URSS equivaleu a apenas 4,5% no produto industrial mundial (UNIDO, 2014).

Somente a Rússia respondeu, em 2012, por 1,5% de todo o produto industrial mundial, o que equivaleu ao posto de 12º maior economia industrial do planeta. Depois da Rússia, enquanto representante do conjunto de economias submetidas à URSS, restou, na 18ª posição, a Polônia, que representou 1% do produto industrial mundial no mesmo ano considerado.

Após um quarto de século de transição para o capitalismo, a indústria nas antigas economias centralmente planejadas reduziu-se consideravelmente em relação ao Produto Interno Bruto. A especialização

das economias ex-comunistas para determinados bens industriais, quando não a reprimarização da produção, foi fruto do desmanche da estrutura produtiva que vigorou até o começo da década de 1990.

Gráfico 08 – Evolução da participação relativa da indústria no Produto Interno Bruto em países ex-comunistas selecionados em 1989 e 2012 (em %)



Fonte: Unido, 2014 (elaboração própria).

A Bielorrússia, por exemplo, apresentou menor queda relativa da indústria na comparação dos anos de 1989 e 2012 (30,3%). No outro extremo, encontra-se o Uzbequistão com redução de 83,4% na participação da indústria no PIB durante o mesmo período de tempo.

Em grande medida, o programa de reformas e privatizações adotado ao longo dos anos de 1990 gerou a expectativa de se transformar numa espécie *schumpeteriana* de destruição criativa, especialmente para o setor industrial. Concomitantemente com a depressão econômica que se seguiu, registrou-se a destruição-destrutiva.

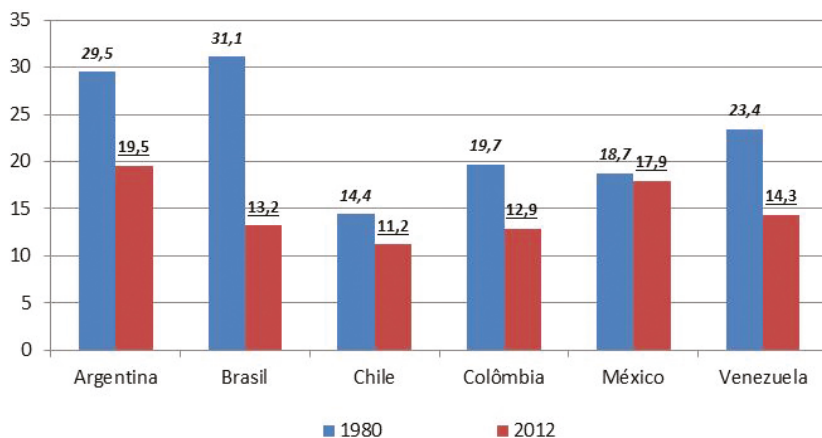
O ajuste estrutural e regressivo resultante das políticas de choque capitalista não produziu reação imediata e esperada. No ano de 2013, por exemplo, do conjunto de 15 países anteriormente constitutivos da antiga URSS, somente 7 haviam ultrapassado o PIB de 1989 (Turquistão, Uzbequistão, Azerbaijão, Cazaquistão, Bielorrússia, Tadjiquistão e Estônia), enquanto 4 estavam com o PIB em patamar equivalente (Rússia, Armênia, Lituânia e Quirquistão) e 4 ainda se encontravam com PIB inferior (Moldova, Ucrânia, Geórgia e Látvia).

Valorização cambial

A inflexão na participação relativa da produção e do emprego industrial observada em países de menor renda *per capita*, mesmo que a industrialização não tenha sido completamente constitutiva, pode revelar nas economias capitalistas algo ainda mais grave do que a dominância financeira. O esvaziamento das condições de sustentabilidade do crescimento industrial e de sua taxa de investimento pode estar associado ao processo de longo prazo da valorização cambial (doença holandesa).

Em geral, o vigor da produção interna e exportação de produtos primários, sobretudo intensivos em recursos naturais, tende a tornar a moeda nacional supervalorizada em relação às moedas de curso internacional. Com isso, a importação de produtos industriais tornou-se mais atrativa devido aos custos menores do que na produção local.

Muitas vezes, a produção local da indústria não consegue acompanhar a mudança nos preços relativos provocada pela valorização da moeda nacional. Em ambiente de abertura comercial, a passagem da condição de empresários industriais para a de comerciantes (importadores) pode ocorrer rapidamente.

Gráfico 09 – Evolução da participação relativa da indústria no Produto Interno Bruto em países selecionados em 1980 e 2012 (em %)

Fonte: Unido, 2014 (elaboração própria).

Dessa forma, a desindustrialização diminui possíveis ganhos dinâmicos de escala, assim como a trajetória do progresso técnico destoa das reais necessidades competitivas, tornando a competitividade da produção de manufatura rebaixada frente às importações. O caminho natural, nestas circunstâncias, passou a ser a especialização em torno dos bens de contido valor agregado, geralmente dependentes dos recursos naturais e da mão de obra de baixo custo.

A regressão na estrutura produtiva se impõe, com a queda na participação relativa da indústria no produto e a elevação do setor de serviços, que sem capacidade dinâmica, associa-se muitas vezes aos empregos de baixa qualidade e à diminuta alavancagem no investimento e no progresso técnico. Assim, o capital industrial perde autonomia no plano nacional, substituído pelo crescimento das importações de manufaturas e a transformação dos industriais em comerciantes locais.

Tomando-se como exemplos os países latino-americanos com alguma base acumulada e mais consistente na industrialização tardia até a década de 1980, nota-se que a partir de então ocorreu o esvaziamento da participação relativa da indústria no PIB. Essa queda, em grande medida, referiu-se ao *aquecimento* do capital industrial no comando dinâmico do conjunto das forças produtivas.

A maior exposição do parque produtivo à competição externa levou invariavelmente ao acirramento da competição intercapitalista, sem que os empresários locais dispusessem de condições isonômicas de concorrência. Além de internamente contar com altas taxas de juros e moeda valorizada, os custos de produção eram inicialmente inadequados frente à abrupta e não planejada abertura comercial, o que conteve a força do capital industrial e o expôs à dominância financeira e/ou comercial.

Considerações gerais

As transformações profundas no capitalismo têm como pressuposto condicionante e condutor, a realização de marcante revolução de natureza burguesa. Se, por um lado, estabelece as condições pelas quais se processa a materialidade do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, por outro, consolida a dominação sob a qual o poder burguês termina sendo exercido.

Conforme foi possível observar nas páginas anteriores, a industrialização capitalista não se constituiu de forma homogênea ao longo do tempo. Em cada país, a revolução burguesa expressou suas especificidades, em geral decorrentes tanto da forma pretérita de organização social (feudal ou colonial) como da fase de estruturas de mercado capitalista de livre competição ou monopolista.

Também indicou modos distintos de resolver problemáticas antigas do desenvolvimento industrial, como a estrutura fundiária, o funcionamento do mercado de trabalho e a organização urbana. Do mesmo modo, a ascensão dominante do capital industrial sobre as demais frações burguesas foi em geral diferenciada, a partir das formas próprias de associação entre as faces do capitalismo comercial, agrário, bancário, entre outras. Ainda destaca-se o conjunto das especificidades atinentes aos padrões de industrialização em suas relações com as classes dominadas e com o papel atribuído ao Estado.

A reversão dominadora do capital industrial pela fração financeira no interior da classe dominante apontaria o processo inverso da desindustrialização. A partir da segunda metade do século XVIII, a perda de soberania e submissão das Índias e China para o Império Britânico apontou uma forma pioneira de desindustrialização.

Mas isso, pouco pode fazer face ao movimento maior observado desde o final da década de 1960, com a difusão de diferentes modalidades ocasionadoras do processo de desindustrialização capitalista. Ademais da importância verificada no registro e entendimento da queda relativa da indústria no valor da produção, emprego total e comércio externo, chama a atenção a ascensão de outras frações burguesas no exercício de dominação do conjunto da sociedade, bem como suas implicações gerais e específicas para o futuro do capitalismo.

Essa perspectiva fundamenta os demais capítulos. O foco principal acerca do desenvolvimento e crise da industrialização tardia no Brasil assenta-se no entendimento geral sobre seus impactos nas transformações econômicas, políticas e sociais, conforme se apresenta a seguir.